



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

FELIZMINA NANCASSA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE SÃO
FRANCISCO DO CONDE – BA**

**São Francisco do Conde
2017**

FELIZMINA NANCASSA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE SÃO
FRANCISCO DO CONDE – BA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do título de Bacharelado em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Claudilene Maria da Silva

São Francisco do Conde – BA

2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

N168e

Nancassa, Felizmina.

Educação inclusiva no ensino regular no município de São Francisco do Conde -
BA / Felizmina Nancassa. - 2017.
53 f. : il. color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2017.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudilene Maria da Silva.

1. Educação básica - São Francisco do Conde, BA. 2. Educação especial -
Programa de atividades. 3. Educação inclusiva - São Francisco do Conde, BA.
I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 371.908142

FELIZMINA NANCASSA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR NO MUNICÍPIO DE SÃO
FRANCISCO DO CONDE – BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do título de Bacharelado em Humanidades.

Aprovado em 27 de julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Claudilene Maria da Silva (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Cristiane Sousa Santos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Fernando Jorge Tavares Pina
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Dedico este trabalho a toda minha família em especial aos meus pais, as razões da minha existência.

As minhas irmãs Noêmia Nancassa, Genevieve Nancassa, Brígida Nancassa, Cátia Manuel, Inês Nancassa e Cesaltina Nancassa.

A minha amiga que já é mais que uma irmã Noêmia Monteiro, por todo apoio incondicional dado.

Ao meu namorado Manuel da Silva Caetano por sempre ter as palavras certas de encorajamento.

E a todos os estudantes com necessidades educativas especiais (NEE), do Município de São Francisco de Conde – BA, os familiares desses alunos e a toda comunidade sanfranciscana.

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer a Deus por me ter dado força e coragem todos os dias que me lembro desse trabalho, aos meus pais Paulo Nancassa e Sábado Monteiro que sempre me privaram de certas coisas para que eu pudesse estudar mais e chegar aonde cheguei hoje. Coisas essas que eu achava que era injusto da parte deles mais hoje vejo como um modo de proteção por parte deles.

Agradeço a família Nancassa em geral, pois de um jeito ou de outro sempre me encorajam e confiam em mim. E eu os tenho no meu pensamento toda hora e é isso que me faz batalhar ainda mais para chegar onde eu quero.

Um especial obrigado ao meu amor Manuel da Silva Caetano que mesmo longe não esquece nunca de me dar forças e de confiar em mim.

As minhas irmãs amigas Cátia Manuel e Noêmia A. Monteiro que sempre estiveram do meu lado incentivando e escutando as minhas lamentações.

Ao meu afilhado Leonel Mendes, o meu Filho que a UNILAB me deu Braima Seidi, meu cunhado Nivaldo Casimiro Lé, meu amigo Luis Namua Utinco, meu profundo obrigado.

A todos os meus amigos pela preocupação que dedicaram e ainda dedicam a mim.

A minha orientadora Claudilene Maria da Silva pelo esforço e dedicação, pela sua graça e simpatia de sempre que não me deixa temer nada.

Ao professor e a professora que participaram da Banca Examinadora, Fernando Jorge de Pina e Juliana Farias.

Aos professores, os técnicos, os funcionários e aos colegas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro brasileira, em especial ao Professor Fernando Jorge de Pina pela ajuda com os materiais.

A direção da escola Arlete Magalhães em nome da professora Roseane, e em especial as professoras da sala de recurso da escola: Deise e Adelma, por toda atenção e paciência dispensada.

RESUMO

Este trabalho discute a educação inclusiva no ensino regular no Município de São Francisco do Conde – BA, tendo em vista a inclusão de alguns alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE). O objetivo geral é analisar a inserção de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular no município de São Francisco do Conde. Na fundamentação teórica procuramos trazer a historicidade da deficiência com base nos estudos bibliográficos para que pudéssemos ter a noção de onde tudo começou, e como, com o passar do tempo, às coisas foram modificando-se. Também trabalhamos a legislação que trata do assunto, tanto as declarações internacionais como a própria constituição brasileira. Apresentamos também uma breve definição dos vários tipos de deficiência e as formas de avaliação para um aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Para a última parte, realizamos uma pesquisa de campo para recolha de informações e utilizamos entrevistas feitas com as professoras da sala de recurso e com as gestoras da escola campo de pesquisa. Procuramos saber os motivos pelos quais as escolas regulares não têm muitos estudantes com NEE e à posição dos familiares perante esse tipo de situação. Acreditamos que a cidade (SFC) não está indiferente em relação a prática inclusiva, pois tem realizado alguns feitos em relação a melhoria no ensino inclusivo, entretanto ainda possui grandes desafios e ainda há muitas mudanças por fazer. Tudo está em processo de crescimento ainda. Com o acesso as informações necessárias acerca desse assunto pela população local e a mobilização social com certeza acontecerá as mudanças desejáveis. Afirmamos que a mudança deve partir de dentro de cada um de nós para depois chegar aos outros, e assim a inclusão só será possível se a sociedade em primeiro lugar aceitar esses alunos para que depois aconteça a inclusão escolar de verdade.

Palavras-chave: Escola. Diferença. Educação Inclusiva. Sociedade.

ABSTRACT

This work discusses inclusive education in regular school system in São Francisco de Conde city- BA. In order to include some students with Special Educational Needs (SEN). The general objective is to analyze the inclusion of students with special educational needs in regular education system in the municipality of São Francisco do Conde. In the theoretical foundation we seek to bring the historicity of disability on the basis of bibliographical studies so, that we could have the notion of where everything began, and how over time things have changed. We also work on legislation that deals with this matter, both international declarations and the Brazilian constitution itself. We also present a brief definition of the various types of disability and the forms of assessment for a student with Special Educational Needs (SEN). For the last part, we conducted a field survey to collect information and used interviews with the teachers and the managers of the school. We try to find out the reasons why regular schools do not have many students with SEN and the position of relatives in this type of situation. We believe that the city (SFC) is not indifferent to inclusive practice, because it has made some achievements in relation to the improvement in inclusive education, however it still has great challenges and there are still many changes to be made. Everything is still growing. With access to the necessary information about this issue by the local population and social mobilization will certainly bring about the desired changes. We affirm that change must start from within each of us and then reach out to others, and thus inclusion will only be possible if society in the first place accepts these students so that later true school inclusion will happen.

Keywords: School. Difference. Inclusive education. Society.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

AEE- Atendimento educacional especializado

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial EAD- Educação a Distância

NEE - Necessidades educativas especiais SFC- São Francisco do Conde

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ONU- Organização das Nações Unidas

PEI - Plano Educativo Individualizado

PII - Programa de Intervenção Individualizado PSF- Programa Saúde da Família

PROAP - Programa de Atenção e Acompanhamento Pedagógico e Psicossocial a Alunos e Professores

SEDUC - Secretaria da Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL	17
2.1	LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E DECLARAÇÕES UNIVERSAIS QUE DEFENDEM AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	17
2.2	OS DIFERENTES TIPOS DE DEFICIÊNCIA, MODOS DE AVALIAÇÃO E ADAPTAÇÕES CURRICULARES DE UM ALUNO COM NEE	20
3	EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM SÃO FRANCISCO DO CONDE	28
3.1	A CIDADE E O ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE NEE	28
3.2	A ESCOLA VITÓRIA E O TRABALHO PEDAGÓGICO COM OS PORTADORES DE NEE	30
4	A INSERÇÃO DAS CRIANÇAS PORTADORAS DE NEE NO ENSINO REGULAR	39
4.1	CONDIÇÕES E DIFICULDADES NO ATENDIMENTO AOS ALUNOS PORTADORES DE NEE	43
4.2	DINÂMICA PEDAGÓGICA E PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	51
	APÊNDICE - Roteiro da entrevista	53

1 INTRODUÇÃO

A temática desse trabalho chamou minha atenção e despertou minha curiosidade, numa aula da disciplina de "Educação e Sociedade I". O professor discutiu conosco sobre a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais e na sala tinha várias opiniões acerca do assunto. Não fiquei completamente satisfeita com a conclusão dos colegas e decidi aprofundar sobre a questão, para terminar de descobrir o que tinha começado na sala de aula. Então, busquei investigar sobre a inclusão e a exclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no plano de ensino regular, ou seja, queria saber como os alunos com essas necessidades são tratados nas escolas, se são incluídos ou simplesmente isolados do convívio com os outros alunos "não especiais", e também do meio em que deveriam crescer. Quando pensei em abordar sobre esse tema pensei logo em trabalhar com as escolas da Guiné-Bissau, porque realmente esse assunto no contexto guineense não é muito conhecido, mas, devido às condições econômicas resolvi realizar as minhas pesquisas aqui mesmo em São Francisco do Conde, porque na verdade quero muito viver e conhecer cada detalhe e o dia-a-dia desses alunos.

Antes de mais nada consideramos necessário explicar um pouco acerca da origem de toda essa história de inclusão/ exclusão. Para tanto, buscamos entender melhor a história da deficiência. Para isso realizamos um estudo bibliográfico, tomamos como referência, principalmente o trabalho da Rosana Aparecida Albuquerque (2008).

De acordo com Rosana Albuquerque (2008), a sociedade primitiva baseava-se na propriedade coletiva e nos meios de produção, como os povos eram nômades, necessitavam da caça e da pesca para sua sobrevivência e de cavernas para se protegerem; cada pessoa deveria bastar a si próprio, sendo necessários requisitos como força física e agilidade para colaborar com o grupo e garantir sua sobrevivência. O indivíduo coxo, surdo, mudo, aleijado, ou com qualquer deficiência era abandonado e relegado pelos demais, sem o menor sentimento de culpa, visto as condições de vida da época. Uma pessoa deficiente não tinha muita

utilidade, era sempre o "inválido" e não adiantava inclui-la em alguma coisa, já que ela não iria servir para nada mesmo, a sociedade primitiva tinha só essa visão.

Já no período escravista, as relações sociais eram estabelecidas entre escravos e homens livres, os primeiros responsáveis por garantir a infraestrutura necessária para os segundos praticarem o ócio. referencia O homem passa a ter possibilidade de pensar de forma sistematizada, (ainda uma pequena parcela), surgindo corpus teórico, paradigmas, modelos, que influenciaram a visão da sociedade cristã ocidental, como, por exemplo, os paradigmas espartano e ateniense. "Os espartanos valorizavam a ginástica, estética, dança perfeição do corpo, além de se dedicarem totalmente a guerra"(ALBUQUERQUE, 2008, p.20 e 21). Pontua a autora, que o indivíduo que apresentasse qualquer manifestação fora do padrão estabelecido era eliminado.

Na sociedade ateniense, a filosofia, a retórica, a argumentação e a vida agitada das polis, constituíram uma forma própria de conceberem o corpo e a sociedade. "É com eles que a supremacia do trabalho intelectual em relação ao manual e a divisão do homo sapiens e homo faber vão ser postas ideologicamente" (ALBUQUERQUE, 2008, p. 21). O homem belo fisicamente, sem deficiência nenhuma era o considerado o ser humano de verdade, porque esse indivíduo contribuía na sociedade com a sua força física e disposição, enquanto que uma pessoa deficiente para aquela sociedade não servia para nenhuma ajuda quanto mais para algum desenvolvimento.

Ainda de acordo com Albuquerque citando Boarini (2003),

preocupado com a organização de Esparta, Platão aconselha os magistrados a buscarem matrimônios entre os melhores cidadãos, ou seja, entre a elite, garantindo o equilíbrio entre os nascimentos e as mortes. O casamento entre mulheres educadas e preparadas com os jovens mais belos e inteligentes era fundamental para gestação de crianças mentalmente e fisicamente sadias (ROSANA, 2008, p21).

E continua a autora, "em Esparta crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono, prática perfeitamente coerente com os ideias atléticos e clássicos" (ALBUQUERQUE, 2008, p..21.). Essa tentativa de Esparta vem no pressuposto de

que na junção de duas pessoas sadias não tinha como nascer uma pessoa deficiente, ou seja, são tentativas para acabar com existência de pessoas com algum tipo de deficiência e para que isso aconteça só juntando duas pessoas completamente sem deficiência. Nesse caso a sociedade Esparta não priva só essa pessoa com deficiência de viver sua vida como qualquer um mais também o priva de amar e escolher com quem viver uma vida amorosa e construir família.

A organização sócio-política da época, fundamentava no domínio de uma minoria em detrimento de uma maioria populacional que encontrava-se a margem das decisões e da administração social. A pessoa com deficiência, assim como as demais pessoas do povo, não tinham importância para nobreza, por serem consideradas sub-humanas. Desta forma, o abandono ou a exposição da pessoa com deficiência não causava preocupação alguma, visto não ser um problema moral ou ético (ALBUQUERQUE, 2008, p.22)

A compreensão da diferença, na sociedade feudal, de acordo com a autora, sofre influência da sociedade ateniense, mas assume um novo olhar, o corpo e a mente, que antes eram compreendidos sob o olhar da filosofia, na Idade Média passam a ser concebidos sob uma nova premissa, a teologia. As pessoas consideradas fora do padrão não são mais eliminadas, ganham direito à vida, embora, em contrapartida, passem a ser sinônimos de pecado. (ALBUQUERQUE, 2008, p.22). Com o cristianismo, de fato o deficiente ganha alma e, como tal, não pode ser eliminado ou abandonado sem atentar-se contra desígnios da divindade, tornando inaceitável a prática de eliminação espartana. Com isso as pessoas deficientes deixam de ser eliminadas por causa do medo do pecado divino e não por serem consideradas seres humanos que têm valor na sociedade. (ALBUQUERQUE, 2008, p. 22)

Citando Pessotti (1984) Albuquerque (2008) destaca que, ao ganharem o status de humano, as pessoas deficientes estavam salvas do abandono e da "exposição", porque foram elevadas a filhos de Deus, como os demais seres humanos, saindo da posição sub-humana em que se encontravam no período anterior. Como para a mulher e o escravo, o cristianismo modifica o status do deficiente que desde os primeiros séculos da propagação do cristianismo da Europa, passa de coisa a pessoa. Mas a igualdade de status moral ou teológico não corresponderá,

até a época do iluminismo, a uma igualdade civil, de direitos. ” (ALBUQUERQUE, 2008, p.22)

Albuquerque (2008) ainda nos informa que a forma de lidar com a pessoa deficiente nesse período, variava de grupo para grupo. Alguns matava-nos ou rejeitavam-nos, outros puniam-nos, por considerarem a deficiência uma forma de possessão, pecado, fraqueza ou doença, sendo os castigos a única opção para reparação dos pecados e purificação da alma. Neste sentido, “[...] observa-se que sua desimportância no contexto sócio-político-econômico associava-se ao conjunto de crenças religiosas e metafísicas, na determinação do tipo de relação que a sociedade mantinha com o diferente”. (ALBUQUERQUE, 2008, p. 23 e 24). A pessoa com deficiência em todos os grupos não tinha uma visão positiva só negativa, e o modo de tratamento só piora também, pois, ninguém pensou que aquele individuo também era gente e não pediu para nascer do jeito que nasceu e por isso deveria receber um tratamento igual a todo mundo, ninguém escolhe nascer homem ou mulher simplesmente a pessoa nasce do mesmo jeito a pessoa deficiente nasce ou homem ou mulher com alguma incomum aos outros mais não quer dizer que deixou de ser humana.

Depois de vários pontos discutidos acerca do modo de tratamento com os deficientes, finalmente alguns começaram a acreditar que uma pessoa deficiente pode sim contribuir na sociedade como qualquer outro, era só necessário dar um espaço para eles poderem desenvolver suas habilidades, com a inserção de pessoas deficientes viu se que para realização de um trabalho muitas das vezes não é só necessário a força física da pessoa mais sim outros aspectos que se pode encontra em qualquer ser humano.

Apoiada em Aranha (1995), Albuquerque afirma que no século XX, multiplicaram-se o número de estudos sobre a deficiência, concebendo-a de diferentes formas; o modelo metafísico permaneceu coexistindo com o modelo médico, educacional e social, acrescentando no fim do século, o modelo sócio histórico. Com base em todas essas histórias que nos foram deixadas, dá para ver que a historicidade da deficiência teve várias fases e várias faces, a luta pela aceitação do diferente existe, mais a negação do diferente existe ainda mais, e no século passado a situação era péssima.

Com o passar do tempo às mudanças foram acontecendo, se continuarmos de olhos abertos aos males que é feito ao nosso próximo com certeza haverá mais mudanças ainda. Com o estudo esperamos poder colaborar com a ampliação dos esforços para melhor compreender os desafios do trabalho com a temática em questão.

Assim, o problema de pesquisa foi a seguinte questão: Como funciona o processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais no município de São Francisco do Conde? Desse modo, a pesquisa apresentou como objetivo geral analisar a inserção de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular, no município de São Francisco do Conde, estado da Bahia. E como objetivos específicos: 1. Compreender o contexto de surgimento da educação inclusiva; 2. Discutir os vários tipos de deficiência e suas formas de avaliação; 3. analisar a vivência das crianças na escola regular em São Francisco do Conde.

O trabalho de campo foi realizado na Escola Vitória¹ para observações e recolha de informações. Realizamos observações de campo, buscando entender a dinâmica do trabalho da escola: desejamos ver as crianças, olhar o espaço no qual elas são inseridas e entender o modo de trabalho. Para isso, também utilizamos entrevistas semi-estruturadas, feitas com as professoras da sala de recursos e com as gestoras da escola campo de pesquisa. Procuramos saber os motivos pelos quais as escolas regulares não têm muitos estudantes com NEE; à posição dos familiares perante esse tipo de situação; e as dificuldades enfrentadas pelas professoras e gestoras na efetivação do trabalho pedagógico.

O trabalho foi estruturado de seguinte forma: nessa introdução apresentamos a motivação na escolha do tema e nos aproximamos da discussão da temática. Na segunda parte que aborda a questão da educação inclusiva no Brasil, com alguns autores tanto brasileiros como estrangeiros: abordamos a legislação e declarações que existentes sobre o tema e as os tipos de deficiência; Na terceira parte falamos sobre a educação inclusiva em São Francisco do Conde que é o contexto onde trabalhamos. Apresentamos a cidade, a escola que constituiu nosso campo de pesquisa, bem como o trabalho por ela realizado. Focamos na inserção dos estudantes no ensino regular, as condições e as dificuldades; Por fim, nas

¹ Nome fictício.

apresentamos nossas considerações finais trazemos as ideias que construímos ao longo desse processo.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

2.1 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E DECLARAÇÕES UNIVERSAIS QUE DEFENDEM AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Na contemporaneidade existem no mundo várias leis que defendem os direitos das pessoas com deficiência para que elas possam viver e conviver na sociedade como toda e qualquer outra pessoa dita normal. Entre elas está a declaração universal dos direitos humanos aprovada pela ONU em 1948. O documento, que é a base da luta universal contra a opressão e a discriminação, defende a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão do planeta. Nesse caso uma pessoa só pelo fato de ser humana tem todo esse direito, independentemente de ter alguma deficiência ou independentemente da sua condição social ou outro fator que poderá ser usado para o descumprimento dessa lei. Ainda segundo a declaração, os direitos humanos são os direitos essenciais a todos os seres humanos, sem que haja discriminação por raça, cor, gênero, idioma, nacionalidade ou por qualquer outro motivo (como religião e opinião política). Eles podem ser civis ou políticos, como o direito à vida, à igualdade perante a lei e à liberdade de expressão.

Com tudo isso um ser humano tem ainda que passar por dificuldades maiores, pois, essas leis na maioria das vezes não são aplicadas da forma correta e em outros casos ela nem é aplicada. O que mais falta no mundo é a chamada "igualdade", porque em todo canto existe e vai continuar existindo as diferenças entre os seres humanos e o respeito por essas diferenças se torna um processo ainda mais complicado. As divergências sociais, que é um conflito de todos os dias, aquelas pessoas que têm os privilégios e as outras não, as que têm necessidades especiais e outras que não têm esse choque que acaba gerando sofrimento de uns e o sucesso de outros.

A declaração dos direitos das pessoas deficientes é outro documento importante referente a temática. Essa declaração foi proclamada pela resolução 3447 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 09 de Dezembro de 1975. Conforme o documento:

1. A expressão “pessoa deficiente” designa qualquer pessoa incapaz de satisfazer por si própria, no todo ou em parte, as necessidades de uma vida normal individual e/ou social, em resultado de deficiência, congénita ou não, nas suas faculdades físicas ou mentais;
2. As pessoas deficientes gozarão todos os direitos consagrados na presente Declaração. Estes direitos serão concedidos a todas as pessoas deficientes sem exceção alguma, qualquer que seja, e sem qualquer distinção ou discriminação com base na raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem nacional ou social, condição económica, nascimento ou qualquer outra situação que se aplique, quer à própria pessoa deficiente, quer à sua família.
10. As pessoas deficientes serão protegidas contra toda a exploração, todos os regulamentos e todos os tratamentos de natureza discriminatória, abusiva ou degradante. Essas leis existem justamente para proteger e defender todas as pessoas com algum tipo de deficiência, e para que elas possam viver também sem medo de ser deixada para trás, se sentir incluída como qualquer outro ser humano (ONU, 1975).

A declaração de Salamanca que foi proclamada numa assembleia em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de Junho de 1994, contou com a presença de delegados da conferencia Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais, nessa assembleia foi proclamado que:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (Declaração de Salamanca, 1994).

Com a declaração de Salamanca acreditamos que muita coisa de melhor aconteceu no ensino e na pratica da inclusão desses alunos, mais como se sabe nada acontece por acaso e também nada muda completamente de uma hora para outra. Em nossos estudos descobrimos que o processo de inclusão não aconteceu por acaso e nem do nada, teve muitos altos e baixos e como muitos problemas sociais, ainda esta em processo de melhoramento. Depois de muitos movimentos de muitas lutas, as

peças com deficiência começam a ganhar espaço e os seus direitos especificados como qualquer ser humano no mundo.

No Brasil, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Em 2003, é implementado pelo MEC do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade. A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista é criada pela Lei nº 12.764/2012. Além de consolidar um conjunto de direitos, esta lei em seu artigo 7º, veda a recusa de matrícula à pessoas com qualquer tipo de deficiência e estabelece punição para o gestor escolar ou autoridade competente que pratique esse ato discriminatório.

Por fim, no âmbito brasileiro o estatuto da criança e do adolescente (ECA) instituído em 13 de julho de 1990, pela Lei nº 8.069, reforça, organiza e detalha os direitos das crianças e dos adolescentes. Alguns deles já haviam sido antecipados pela Constituição Federal de 1988, como o princípio da proteção integral, que também foi estabelecido na convenção de 1989. Por esse princípio, a garantia dos direitos da criança e do adolescente, que têm acesso irrestrito e privilegiado à

Justiça, é um dever não só da família, mas também da sociedade e do Estado. De acordo como o estatuto “crianças e adolescentes têm direito à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, cultura e liberdade”. O que muitas vezes não é respeitado. Crianças são deixadas em casa, nas ruas, em lugares inapropriados a mercê muitas das vezes das suas próprias sorte.

Percebemos que leis existem e pessoas para defender essas leis também. Acreditamos que o motivo de não existir muito avanço nessas questões para além da questão da desigualdade social é o ser de cada um, que precisa olhar para o diferente como ele é, e não do jeito que gostaria que fosse. Precisamos incluir essas pessoas dentro de nós para que possa acontecer também a inclusão social no ensino regular.

2.2 OS DIFERENTES TIPOS DE DEFICIÊNCIA, MODOS DE AVALIAÇÃO E ADAPTAÇÕES CURRICULARES DE UM ALUNO COM NEE

Segundo Brennan (1988), há uma necessidade educativa especial, quando um problema (físico, sensorial, intelectual, emocional, social ou qualquer combinação destas problemáticas) afeta a aprendizagem ao ponto de serem necessários acessos especiais ao currículo, ao currículo especial ou modificado, ou a condições de aprendizagem especialmente adaptadas para que o aluno possa receber uma educação apropriada.

Referindo-se ao tipo e grau de problemas para aprendizagem, o Warnock Report (1978) classifica-os de ligeiros e temporários, a severos e permanentes. *Permanentes*: exigem adaptações generalizadas do currículo, adaptando-o às características do aluno; *Temporários*: exigem modificações parciais do currículo escolar, adaptando-o às características do aluno num determinado momento do seu desenvolvimento;

As NEE permanentes são aquelas em que a adaptação do currículo é generalizada e objeto de avaliação sistemática, dinâmica e sequencial de acordo com os progressos do aluno no seu percurso escolar. São elas:

- NEE de carácter intelectual: [...] aqueles indivíduos cujos problemas acentuados no seu funcionamento intelectual e comportamento adaptativo lhes causam problemas globais na aprendizagem, quer ela seja académica ou social [...]

Englobam-se ainda nesta categoria os indivíduos dotados e sobredotados cujo funcionamento intelectual e potencial de aprendizagem é superior à média e que, caso os programas não estejam em consonância com as suas características, podem também eles experimentar insucesso escolar;

- NEE de carácter Processo lógico: ela caracteriza-se, em geral, por uma discrepância acentuada entre o potencial estimado do indivíduo (inteligência na média ou acima da média) e a sua realização escolar que é abaixo da média numa ou mais áreas académicas, mas nunca em todas como é o caso da deficiência mental;
- NEE de carácter emocional: Esta categoria engloba essencialmente o grupo de alunos cujas perturbações são de tal maneira graves que põem em causa quer o seu sucesso escolar quer, mesmo, a sua segurança e a daqueles que os rodeiam. Nela se incluem as psicoses e quaisquer outros problemas graves de comportamento;
- NEE de carácter Motor: As categorias mais comuns deste grupo são a paralisia cerebral, a espinha bífida (spina bífida) e a distrofia muscular embora possamos encontrar outros problemas motores derivados de problemas respiratórios graves, amputações, poliomielite e, até acidentes que venham a afetar os movimentos de um indivíduo;
- NEE de carácter Sensorial: no que diz respeito à visão, podemos considerar duas subcategorias: os cegos e os amblíopes. Os cegos são aqueles cuja incapacidade os impede de ler, seja qual for o tamanho da letra. Para ler, usam o sistema Braille. Os amblíopes, mesmo tendo em conta o grau de severidade do problema, são capazes de ler desde que se efetuem modificações no tamanho das letras [...] Quanto aos problemas de audição, também eles se dividem em duas subcategorias: os surdos e os hipoacústicos. Os surdos são aqueles cuja perda auditiva é de 90 decibéis ou superior, requerendo qualquer tipo de comunicação alternativa, como por exemplo, a linguagem gestual. Os hipoacústicos são aqueles cuja perda auditiva se situa entre os 26 e os 89 decibéis, requerendo qualquer tipo de aparelho de ampliação para facilitar a audição.

São elas os que apresentam problemas relacionados com a saúde que podem

originar insucesso escolar, problemas esses geralmente categorizados como outros problemas de saúde e que incluem condições como diabetes, asma, hemofilia, sida, epilepsia, entre outros; [...] problemas provocados por Traumatismo Craniano, tradicionalmente associado às categorias da deficiência mental, dificuldades de aprendizagem e perturbações emocionais e os que, devido às suas características, manifestadas logo nos primeiros três anos de vida, são classificados de Autistas.

Desse forma, oficial e internacional são consideradas Necessidades Educativas Especiais (NEE):

- Deficiência Mental: [...] Segundo “American Association on Mental Retardation” “a deficiência mental refere-se “a um estado de funcionamento atípico no seio da comunidade, manifestado logo na infância, em que as limitações do funcionamento intelectual (inteligência) coexistem com as limitações no comportamento adaptativo;
- Dificuldades de Aprendizagem: Dificuldades de aprendizagem específica significa uma perturbação num ou mais dos processos psicológicos básicos envolvidos na compreensão ou utilização da linguagem falada ou escrita, que pode manifestar-se por uma aptidão imperfeita de escutar, pensar, ler, escrever, soletrar ou fazer cálculos matemáticos.
- Problemas de Comunicação: Referem-se a perturbações de comunicação tais como gaguez e problemas de articulação, de voz ou de linguagem que podem afetar negativamente a realização escolar da criança.
- Deficiência Auditiva: Diz respeito a uma incapacidade de tal forma severa (surdez) que impede a criança de processar a fala através do ouvido, sem ou com a utilização de um aparelho auditivo, e lhe afeta negativamente a sua realização escolar. Há, no entanto, outro tipo de problema de audição, denominado de hipoacusia, em que a audição da criança é de tal forma reduzida que dificulta, embora não impeça a compreensão da fala através do ouvido, sem ou com a utilização de um aparelho Auditivo.
- Traumatismo Craniano: Diz respeito a um dano cerebral provocado por uma força física exterior, e não de natureza degenerativa ou congénita, que pode alterar o estado de consciência, resultando numa diminuição das capacidades intelectuais ou físicas.

- Multideficiência: Conjunto de deficiências numa mesma criança, tal como, deficiência mental-cegueira, paralisia cerebral-deficiência mental, etc., causadoras de problemas educacionais severos que requerem intervenções específicas de acordo com a concomitância da problemática;
- Dotados e Sobredotados: as crianças e adolescentes dotados e sobredotados são aqueles identificados por pessoas qualificadas profissionalmente que, devido a um conjunto de aptidões excepcionais, são capazes de atingir um alto rendimento.

Dentre essas NEE, são diversas as situações dos alunos com, alguns segundo as definições são consideradas necessidades ligeiras que na maioria das vezes a gente se depara com elas todos os dias, nas nossas salas de aula. Com base nessas definições o conhecimento sobre os alunos com NEE se torna amplo, pois, se tem a noção daquilo que é obrigatório conhecer, porque pessoas com NEE estão nas nossas sociedades, nas nossas famílias, e por isso é importante termos o conhecimento dessas definições. Os classificados como severos são os mais delicados e merecem uma atenção mais especializada principalmente na área de inclusão, através de mobilizações, incentivos, ajuda de todas as áreas, o processo e a deficiência em si se tornará mais flexível.

Com base no texto “Avaliação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais”, um aluno com NEE não poderá desenvolver sua capacidade mental se não tiver todo o apoio necessário. A família que é a base de tudo, a sociedade e depois os professores que são um dos primeiros contatos educacionais de um aluno, sem esquecer os técnicos dessa área que também vão auxiliar para que o rendimento escolar do aluno seja um sucesso. E para que todo esse processo seja realidade é preciso antes de tudo que o aluno passe por uma avaliação, com isso, todo trabalho se torna fácil e mais evidente para ser abordado. Toda meta precisa de planos para ser atingida, e toda educação precisa de força de vontade dos envolvidos para que tenha a realização desejada. Por isso, não basta só ter planos para uma educação de qualidade para os alunos com NEE, é necessário ter força de vontade e as condições necessárias para que não fique só no programa.

Para Wallace e Larsen (1978) os professores do ensino regular e os professores de educação especial devem desempenhar um papel importante na

avaliação das crianças com problemas de aprendizagem. Desse modo, esse trabalho deve ser feito em equipe para alcançar o sucesso devido. Um professor sempre conhece o seu aluno e obrigatoriamente sabe das suas fraquezas e dos seus fortes, existem casos em que isso não acontece, mais, dificilmente. Com esse conhecimento que um professor tem do seu aluno consegue ressaltar certos pontos no proprio aluno, que ele pode resolver sozinho sem ajuda de um especialista da área. E com base nas atividades feitas em sala de aula e através do desenvolvimento de cada aluno em sala, o professor tira suas conclusões em relação a todos eles, porque nem todo mundo gosta de matemática, nem todo mundo gosta de ciência, de português, de desenho, etc. Assim, o professor já sabe quem é forte em cada matéria e também sabe de que modo pode estimular os seus alunos a aprenderem a gostar de uma certa área.

Segundo Correia (1993) existem três níveis de atendimento de aluno com NEE, mas o mais recomendável é o primeiro nível, por ele ser mais orientado para o professor do ensino regular e da educação especial. *Avaliação preliminar*: identificação da criança em risco ou com NEE; considerar adaptações curriculares e mudanças ambientais. *Avaliação compreensiva*: determinação das áreas fortes e fracas da criança; elaboração do plano educativo individualizado “PEI”; elaboração do programa de intervenção individualizado “PI ”; reavaliação do aluno.

A avaliação preliminar serve para detectar as dificuldades do aluno com NEE na sua fase inicial e para tentar suprir essas mesmas dificuldades, com a identificação de um aluno com possíveis NEE. Ai começa se a aplicar os programas de intervenção individualizados para que o aluno tenha um atendimento mais detalhado consoante o seu ritmo; Nesse ponto entra o professor de ensino especial para apoiar o professor de ensino regular no melhor planejamento para esse aluno.

Segundo Correia (1993) citando Garden, Casey e Bonstrom (1985) as estratégias de intervenção para o aluno em risco ou com possíveis NEE, além de fazerem diminuir o numero de alunos a encaminhar para a Educação Especial, aumentam a possibilidade de cooperação entre professores de ensino regular, professores de educação especial, pais e, ate outros técnicos que porventura possam vir a ser consultados.

Por avaliação compreensiva, entende-se uma avaliação que permita – através

da intervenção dos especialistas considerados necessários (equipa multidisciplinar) -, a observação direta da criança nos seus ambientes naturais; a avaliação dos seus desempenhos académicos e sociais através do uso de instrumentos e técnicas formais e informais com base na observação efetuada; e a elaboração de um plano educativo individualizado (PEI) (Correia, 1993). Essa avaliação abrange o passado do aluno também em termos familiares, desenvolvimentais/clinicos e educacionais que é chamado de “ história compreensiva”, em certos casos o passado do aluno afeta muito o seu aprendizado e a sua forma de vivência, para que se possa ajudar esse aluno é necessario saber da sua história passada para melhor compreende lo e tentar ajuda-lo.

No caso da legislação portuguesa, e até por consonância com o preceituado no Decreto-Lei nº 319/91, de 23 de Agosto, Correia (1993) afirma que usa o termo plano educativo individualizado, embora, ele mesmo esteja em desacordo, prefere o termo programa de intervenção individualizado em vez de programa educativo inividualizado, pelas razões acima citadas e, também, por considerar o PII mais abrangente que o PE no sentido de que, para além dos serviços educacionais, ele deverá englobar ainda, quaisquer outros serviços (médicos, psicólogos) julgados pertinentes [...] Passa-se agora a explicitar as diferenças que Segundo Correia, existem entre um plano e um programa. Este é um assunto que deve merecer a atenção de outros especialistas até porque é com base em planos e programas que se atende cabalmente a criança com NEE [...] O autor arisca-se até a ir mais longe ao afirmar que sem os tais planos e programas os serviços de educação especial serão necessariamente de má qualidade, não respondendo com certeza às necessidades da criança com problema.

Será, portanto, a partir desta planificação educacional (PEI) que surgirá a “intervenção, ou melhor, que alguns dos elementos da equipe se encarregarão de elaborar um Programa de Intervenção Individualizado (PII) que venha a permitir que a criança com NEE receba uma “educação apropriada” num” meio menos restrito possível” (Nível III do modelo de atendimento de Correia).

Pode-se afirmar que um PEI é um conjunto de orientações que permite ao professor, e a outros técnicos, se este for o caso, estabelecer um percurso educacional que vá de encontro às necessidades educativas especiais da criança.

[...] Será, portanto, através da elaboração e implementação de PEI e PII que uma gestão eficaz do processo de ensino-aprendizagem se torna possível [...] Pois, eles são uma parte crucial de uma educação apropriada - na verdade, uma pedra-base dessa educação apropriada -, e, como tal, devem ser considerados para toda a criança com necessidades educacionais especiais que seja submetida a uma avaliação abrangente (Correia, 1993).

E para finalizar, toda a avaliação feita com finalidade de despertar ou descobrir as habilidades e as fraquezas de um aluno com NEE é importante para o aprendizado desse aluno e o seu desenvolvimento, é necessário que os professores do ensino regular principalmente, tenham conhecimento dessas atividades para o auxílio dos seus alunos e para a facilitação dos seus trabalhos também; Não que seja impossível lidar com um aluno com NEE sem realizar as avaliações nesse aluno, mas é quase impossível ter sucesso sem realização de tais avaliações.

Segundo as leis e as declarações universais, alunos deficientes e não deficientes também têm direitos a ir para escola, e o Estado tem o dever de proporcionar o espaço para esses alunos aprenderem, as escolas devem ter toda condição necessária para o conforto do aluno. O Ministério de Educação lança o programa educacional e cada escola cumprirá esse programa a seu modo, pois dependendo das situações em que se encontra aquela escola serão ofertadas aquilo que estiver no alcance. Com base no texto sobre as “Adaptações Curriculares”,

Se, inevitavelmente, assim acontece, é preferível que a escola realize as necessárias modificações e transformações curriculares, mas com base numa análise séria e detalhada das suas características, condições e possibilidades e na consideração cuidadosa dos interesses e das expectativas dos seus clientes. Ou seja, cada escola deve proceder a uma adaptação curricular de primeiro nível ou de contextualização.

Uma escola adaptada consoante as necessidades do aluno fará com que esse aluno tenha esse espaço que é a escola, como lugar de bem estar e não de medo ou de mal estar. Os professores devem ser bem preparados para orientar os seus alunos e aprender com eles também; A escola é que tem de se adaptar ao aluno e não ao contrário, desde já que todos têm esse direito. Cada aluno tem seu caso específico, cabe ao professor ensinar e inserir mais e mais o aluno no ambiente escolar e não só, para que ele possa se sentir melhor em qualquer ambiente que possa estar.

Ainda segundo o texto sobre as “Avaliações Curriculares”: Quando falamos

em adaptações curriculares para um determinado aluno partimos do princípio de que ele não está a acompanhar o currículo regular devido a qualquer problema que, na maioria dos casos, os professores lhe imputam [...] Mas será sempre, ou quase sempre, este o caso? Ou será que a rigidez de um currículo, tantas vezes orientado para a aquisição de aptidões nada consentâneas com a realidade e as características dos alunos, o torna de tal forma insípido, enfadonho e descontextualizado que faz com que o aluno tenha que se envolver em atividades que não lhe fazem qualquer sentido que não o sentido de desinteressá-lo e desmotivar? Kohl (1984) afirma que um dos instrumentos disciplinares mais importantes que um professor pode ter é o desejo de que o aluno se envolva em atividades que lhe façam sentido.

Para adaptações curriculares o aluno com necessidades educativas especiais conta com o apoio do professor como sempre, mas para que seja elaborado o currículo é preciso que o Ministério da Educação aprove caso esse que não acontece em todos os países, os alunos com NEE acabam sendo isoladas dos alunos ditos “normais”. Casos em que alunos com NEE são levadas para escolas regulares sem que aquela escola tenha um currículo adequado a sua situação, em primeiro lugar o professor não vai conseguir dar conta do resultado escolar daquele aluno, em segundo lugar o próprio aluno não se sentirá enquadrado.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM SÃO FRANCISCO DO CONDE

3.1 A CIDADE E O ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE NEE

Segundo Portal do Brasil São Francisco do Conde é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de Salvador, no estado da Bahia. Sua população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2013, era de 36 677 habitantes, a maioria negra. São Francisco do Conde pertenceu a Salvador até 1697, quando foi emancipado. Dados de 2011 apontam Conde com o 21º maior PIB *per capita* do país e o terceiro da região Nordeste. Grande parte deve-se da arrecadação municipal de impostos ligados à produção e refino de petróleo pela refinaria RLAM, da Petrobras.

Em maio de 2014, foi inaugurado no município um *campus* da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), única instituição com este perfil. Em 1618, por ordem do Conde de Linhares, foi construído no alto de um monte, no Recôncavo Baiano, um convento e uma igreja, onde, mais tarde, surgiria a cidade de São Francisco do Conde, em 1698. O nome homenageia o padroeiro da cidade e o conde Fernão Rodrigues, que herdou o terreno do 3º governador-geral do Brasil, Mem de Sá. A região onde fica a cidade foi conquistada pelo império português através de guerras travadas contra povos indígenas que viviam nas margens dos rios Paraguaçu e Jaguaribe.

No passado, a riqueza da cidade se baseava nas plantações de cana de açúcar que deram início ao desenvolvimento econômico da área. A diversidade de etnias que ajudou a construir São Francisco do Conde culturalmente está presente no cotidiano da cidade. As palmeiras imperiais, símbolo da administração portuguesa, estão por toda parte, as construções coloniais são majestosas e conservam a memória da região. Os Tupinambás e os Caetés Negros deixaram de legado, entre outras coisas, uma rica gastronomia. O mingau de farinha de milho, a tapioca e o preparo do peixe assado na folha de bananeira são exemplos dessa herança.

Identificamos duas instituições que trabalham com os portadores de NEE, em São Francisco do Conde: a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e o Programa de atenção, acompanhamento pedagógico e psicossocial (PROAP).

Segundo uma reportagem feita pela Bahia da Sorte em 28 de Novembro de 2016, a APAE de São Francisco do Conde está entre as 10 no estado da Bahia como referência e é a única APAE rural na Bahia, faz atendimento no Município e nas cidades vizinhas;

Na cidade 2% da população local possui algum tipo de deficiência, seja intelectual ou múltipla. Com os seus 21 anos de funcionamento e para atender esse número significativo de pessoas, a APAE é sustentada por três grandes pilares: social, educacional e clínico. No social a assistência social, a pessoa que entra passa primeiramente por um assistente social; Depois a escolaridade, o aluno é encaminhado para uma educação especializada (AEE); E no clínico, que é a parte que lida com a saúde dos alunos, e a APAE trabalha em parceria com PSF (programa saúde da família) e CAPS (centro de atenção psicossocial).

E segundo a conversa que tivemos com o pessoal da APAE em uma das nossas visitas a instituição, elas nos afirmam que existe pouco número de bebês que em nossa opinião e na opinião delas também é sempre melhor começar a estimular um aluno com NEE desde bem cedo para que depois possa ter um desenvolvimento melhor. Mais o que acontece é que os pais da maioria dos alunos que vão para APAE os levam já bem crescidos e nesses casos o aluno precisava levar certo tempo para conseguir se desenvolver esse tempo não acontece com todos, pois cada situação tem um caso diferente.

Essa demora em levar os seus filhos para um atendimento especializado se deve ao fato de alguns pais não aceitarem que seus filhos têm certa deficiência, e preferem acreditar que mantendo eles em casa um dia eles melhoram, nesse caso quando a criança piora é que os pais decidem de verdade procurar ajuda mais específica. E tem pais que chegam à APAE exigindo resultados imediatos dos seus filhos pelo simples fato de saber que certo aluno teve certo desenvolvimento em um determinado espaço de tempo, sem sequer avaliar as possibilidades de casos.

A APAE desenvolve várias formas de estímulo para os alunos com NEE tudo para que ele possa desenvolver em alguma coisa com que ele se identifique um aluno com NEE pode não ter capacidade para escrever e nem para ler mais acaba se destacando em alguma área e isso o servirá futuramente para sua vida profissional. A APAE só trabalha com alunos deficientes, mais também trabalha em parceria com

algumas escolas regulares, pois serve de estimulação para alguns alunos que estudam nas escolas regulares.

Por sua vez, o PROAP é um programa que estava incluído na secretaria de Educação, mais que agora funciona independente, ainda vinculado a prefeitura do município. A PROAP como sendo um programa de atenção, acompanhamento pedagógico e psicossocial a alunos e professores, atende principalmente alunos com NEE e seus familiares e também auxilia os professores na melhor forma de lidar com esses alunos. Ainda não foi realizada nenhuma intervenção nas escolas regulares com esses alunos segundo os seus objetivos criados, pois segundo uma das assistentes sociais o programa ainda está na sua fase inicial começando a se estabelecer em seu novo estabelecimento e também a tentar ainda se manter com os poucos recursos que têm.

Os alunos com NEE e suas famílias da Escola Vitória são assistidas por esse programa, e assim como APAE serve de acompanhamento para esses alunos.

3.2 A ESCOLA VITÓRIA E O TRABALHO PEDAGÓGICO COM OS PORTADORES DE NEE

Conforme nossas pesquisas e com os dados fornecidos pela direção da escola, a Escola Vitória funciona em tempo integral com turmas do fundamental I de 1º ao 5º ano, com idades de 6 a 11 anos. Nela também funciona o programa do Governo Federal Novo Mais Educação com atividades complementares de: Orientação e estudos em português e matemática, esporte, percussão, canto coral, flauta doce, dança, karatê, teatro e artes. No diurno além das disciplinas da base comum os alunos têm aula de música, Educação Física, informática e inglês.

A escola funciona num prédio com térreo e primeiro andar com 6 salas de aula no turno matutino com 2 turmas do 1º ano, 2 turmas do 2º ano e 2 turmas do 3º ano, no turno vespertino 5 turmas, 2 do 4º ano e 3 do 5º ano, além das que funcionam como oficinas; biblioteca, enfermaria, cozinha, almoxarifado, sala de professor, sala de recursos multifuncionais, coordenação, vice direção, direção, secretaria, sala de informática, laboratório de música e ciências, sala de artes e jogos, sala do positivo, sala de karatê, sala de canto coral e flauta. Na sala de recursos multifuncionais atende crianças da unidade escolar e de outras unidades com necessidades especiais,

cozinha, auditório, recepção, quadra de esportes, vestiário, concha acústica, sanitários para alunos, sanitários para funcionários, 1 copa, 3 cabine de leitura. A escola cede o turno da noite á UNILAB para aulas de EAD (Educação a Distancia).

A Escola tem o seguinte quadro de funcionários: 1 diretora, 4 vice-diretoras, 1 secretária escolar, 04 assistentes de direção, 04 agente administrativo e 20 assistentes administrativos, 33 professores, 03 coordenadores, 01 psicopedagoga, 09 auxiliares de disciplina, 14 auxiliares de serviço, 02 guardas, 02 vigias, 03 merendeiras, 03 assessores, 01 auxiliar de classe, 03 apoios educacionais.

Funcionam em turno integral e noturno, pois a fanfarra realiza seus trabalhos a noite das 18:00h ás 20:00h e a UNILAB utiliza o prédio para EAD das 19:00h ás 22:00h. Além destas atividades o auditório também funciona a nível de empréstimo para eventos externos como: reuniões para outras secretarias ligadas a prefeitura, outras escolas e atividades das comunidades religiosas, associações, etc.

Para o trabalho pedagógico com os portadores de NEE, a escola possui uma sala de recursos. No momento em que a pesquisa foi realizada, a sala de recurso só tinha uma professora, e até recentemente não tinha alunos regularmente matriculados que frequentavam a sala. No início desse ano letivo de 2017 que vieram outras professoras através do concurso feito pela prefeitura. Vieram 3 professoras de educação especial, e nesse mesmo ano letivo se matricularam 3 alunos com NEE.

A sala de recurso está bem no início do seu funcionamento regular. E para o atendimento desses alunos funciona de seguinte forma: geralmente independentemente da dificuldade da criança eles tem dois atendimentos por semana, mais existem casos em que um aluno é atendido duas vezes no mesmo dia de semana dependendo do caso, o atendimento para cada aluno dura 50 mn.

Normalmente nas salas de recursos são usados alguns materiais para a estimulação do aluno, na escola Arlete Magalhães na sua sala de recurso são usados os seguintes materiais:

- Pranchas de comunicação: são para crianças que não tem fala, para trabalhar a rotina diária do aluno, também ajuda na expressão do aluno, a partir de outros canais de comunicação diferentes da fala: gestos, sons, expressões faciais e corporais podem ser utilizados e identificados socialmente para manifestar

desejos, necessidades, opiniões, posicionamentos, tais como: sim, não, olá, tchau, banheiro, estou bem, sinto dor, quero(determinada coisa para qual estou apontando), estou com fome e outros conteúdos de comunicação necessários no cotidiano.

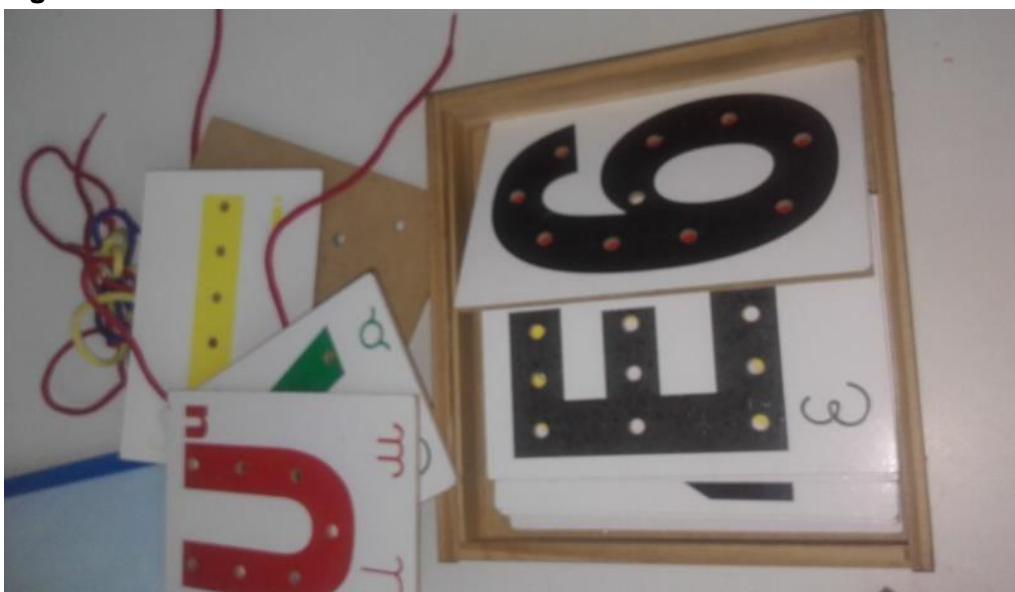
Figura 1 - Prancha de Comunicação



Fonte: a autora.

- Alinhável: para trabalhar a coordenação motora, mais também serve para definição funcional dos objetos e para a atenção e concentração do aluno.

Figura 2 - Alinhável



Fonte: a autora.

- Jogo de memória: para estímulo da percepção visual, desenvolver atenção, atividade motora e estímulo à memória, possibilitar ao educando o exercício da comparação do número com a respectiva quantidade. Consiste em um tabuleiro tátil de fácil organização, e cada par de peças possui uma textura diferente, e o intuito é organiza-las lado a lado conforme a semelhança de sentido tátil.

Figura 3 - Jogo de Memória



Fonte: a autora.

- Blocos de encaixe ou torre: serve também para trabalhar a concentração, eles facilitarão a vida dos alunos nos futuros encontros com números, operações, equações e outros conceitos da disciplina. Sua função é dar aos alunos ideias das primeiras operações lógicas, como correspondência e classificação. Essa importância atribuída aos materiais concretos tem raiz nas pesquisas do psicólogo suíço Jean Piaget (1896-1980). Segundo Piaget, a aprendizagem da Matemática envolve o conhecimento físico e o lógico-matemático. No caso dos blocos, o conhecimento físico ocorre quando o aluno manuseia, observa e identifica os atributos de cada peça.

Figura 4 – (montada) blocos de encaixe

Fonte: a autora.

Figura 5– Blocos de Encaixe (desmontada)

Fonte: a autora.

- Triângulo sólido: são figuras geométricas de encaixe para trabalhar percepção visual, familiaridade com o nome dos sólidos, tornar concretos os conceitos básicos de matemática, ordenação de quantidades, contagem, e desenvolver noções de unidade, dezena, centena, milhar, igualdade e desigualdade.

Figura 6 - Triângulo sólido (figuras geométricas)

Fonte: a autora.

- Pareamento: trabalha raciocínio lógico, matemática, cores, capacidade de observação, fazer correlação e memorização de imagens.

Figura 7 - Pareamento



Fonte: a autora.

- Sólidos numéricos e de encaixe: serve também para a preparação matemática, realizar multiplicações utilizando o conceito de produto cartesiano, realizar operações de soma, subtração, multiplicação, divisão e operações fracionárias, estimular e desenvolver a habilidade do pensamento autônomo e independente, conjugar a dimensão lúdica-competitiva com a aprendizagem.

Figura 8 – Sólidos Numéricos



Fonte: a autora.

- Caixa de rumores: instrumentos musicais, a variedade de sons, chacoalhar os cilindros, achando um par, concentração aos sons, para refinar o sentido auditivo e memória da criança. Ele também fornece experiências em

correspondência e classificação.

Figura 9 - Caixa de Rumores



Fonte: a autora.

- Painel em libras: surgiu para facilitar o entendimento e a comunicação entre professor e aluno.

Figura 10 - Painel em Libras (alfabeto)



Fonte: a autora.

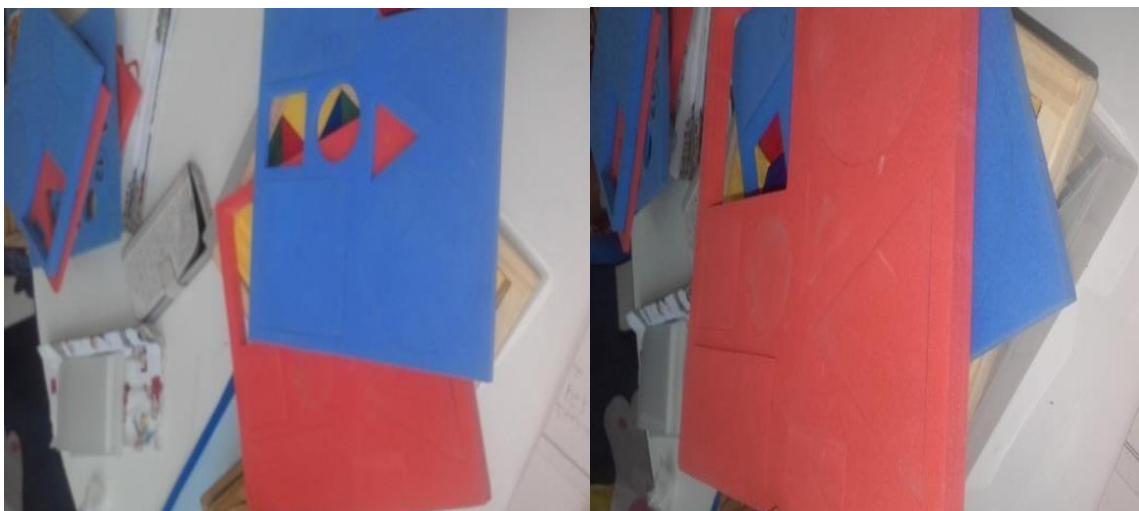
Figura 11 - Painel em Libras (numérico)



Fonte: a autora.

- Viso motor: noção de tamanhos, descrição visual e noção de posições, coordenação, ser capaz de ver e, em seguida, lembrar-se de uma sequência de números, letras ou objetos na ordem em que foram inicialmente apresentados.

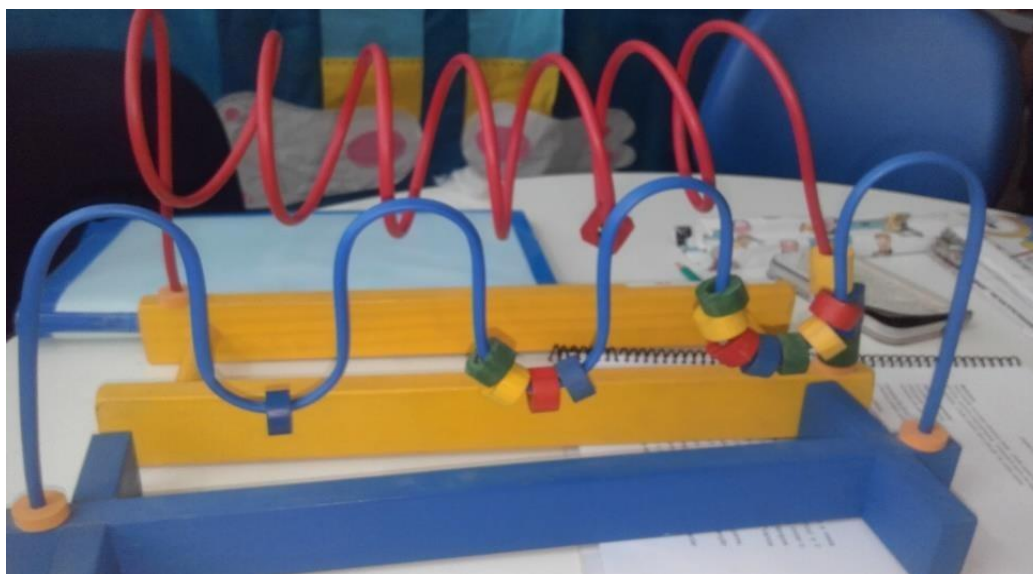
Figura 12 - Viso Motor



Fonte: a autora.

- Aramado espiral: também trabalha a coordenação motora, percepção visual e a concentração, orientação espacial, coordenação bimanual, sequenciação, seriação.

Figura 13 - Aramado espiral



Fonte: a autora.

A sala de recursos da escola não é uma sala muito grande. Acreditamos que devido à demanda de poucos alunos com NEE na escola não se viu a necessidade de providenciar uma sala maior por enquanto, até porque a sala estava praticamente sem funcionamento. Mas, como podemos ver nos materiais usados na ajuda da estimulação dos alunos com NEE na Escola Vitória, a maioria deles são materiais feitos à mão pelas professoras da sala de recursos, são materiais simples mais que ajudam muito no desenvolvimento de um aluno.

4 A INSERÇÃO DAS CRIANÇAS PORTADORAS DE NEE NO ENSINO REGULAR

Conforma informações das pessoas entrevistadas nesta pesquisa na Escola Vitória, a inclusão das crianças portadoras de NEE em São Francisco do Conde está em processo, pois têm surgido mudanças significativas em alguns aspetos, como é o caso do atendimento da APAE, que ajuda na estimulação de um dos alunos com NEE. Também existe uma equipe clinica que realiza o trabalho em parceria com a escola. As gestoras da escola acreditam que a cidade tem realizado um avanço enorme, como podemos notar no depoimento que se seguem:

A cidade já vem realizando um trabalho de inclusão no município há anos e hoje já percebemos uma preparação maior nas escolas para este trabalho junto com APAE e o PROAP, tentando garantir neste momento para alunos com uma necessidade maior o cuidador. Já podemos contar no município com um espaço além da APAE que faz atendimento a alunos com necessidades especiais, composto por uma equipe clínica que realiza o trabalho em parceria com a escola. Fazem um diagnostico mais preciso em relação a essas limitações dos alunos e a preparação do professor da turma para o trabalho de inclusão do mesmo em sala. (Diretora, em entrevista concedida em 22/05/2017).

Partindo do espaço que convivo e os profissionais inseridos no processo, esta sim, pois a inclusão social deve partir do externo para o interno com objetivo de acolhida a esses alunos que necessitam de sentir-se parte dessa sociedade. (Vice-diretora, em entrevista concedida em 22/05/2017).

As avanços buscam atender a legislação. Segundo o artigo 205 da constituição da República Federativa do Brasil no capítulo III: da educação, da cultura e do desporto, a educação é um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I da mesma constituição, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). E ainda segundo O Congresso Internacional "Sociedade Inclusiva" convocado pelo Conselho Canadense de Reabilitação e Trabalho apela aos governos, empregadores e trabalhadores bem como à sociedade civil que: [...].“Todos os setores da sociedade recebem benefícios da inclusão e são responsáveis pela promoção e pelo progresso do planejamento e desenho inclusivos”.

Mas, como lembra a professora da sala de recursos, a cidade não está pronta ainda, pois falta muita coisa a ser feita para que o aluno se sinta mesmo incluído. Para ela,

A cidade não está pronta, precisa se mudar muitos conceitos, coisas que envolvem questões políticas não sei se é esse o termo, mais precisa se mudar muita coisa mesmo. A partir do momento em que não deveria existir essa escola que funciona como escola especial para crianças deficientes, ela separa e tira o direito dessas crianças serem inseridas, o primeiro princípio seria acabar com essa escola especial a APAE. Ela deveria funcionar como apoio, como estimulação, como suporte para essa criança mais não como escola, porque escola é onde tem crianças de todas as formas. (professora da sala de recurso, em entrevista concedida em 18/05/2017).

Com isso dá para perceber que as profissionais têm opiniões diferente, mais que nenhuma delas deixa de ter suas razões e seus fundamentos. Acreditamos que a cidade não está indiferente com a inclusão, isso quer dizer que existem alguns aspectos que nos levam a acreditar que tem alguma mudança acontecendo de um jeito bem devagar mais está acontecendo. Como é o caso desses poucos alunos na escola regular mais que mesmo sendo poucos, existem. Então é um avanço significativo, e como foi realçada na fala da professora da sala de recursos não podemos ignorar o fato de que ainda existe uma escola especial e com grande influência no município. Isso faz com que os pais dessas crianças optem por levar os seus filhos naquela escola ao invés de uma escola regular, isso tudo, parte do conceito que é criado por esses pais no município que é: “Lugar de criança deficiente é na escola especial junto com os outros alunos especiais”.

As condições materiais também não são das mais favoráveis, as escolas regulares têm grandes dificuldades no que diz respeito aos materiais necessários para auxiliar esses alunos, falta de transportes, de mais profissionais nas escolas regulares para auxiliar no desenvolvimento desses alunos dentro e fora do recinto escolar. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Mais não é o que acontece, porque se vê pouco número de crianças com NEE no ensino regular. A professora nos relatou um episódio que aconteceu com a questão dos transportes:

O aluno chegou aqui montado numa moto com a mãe segurando ele, depois a mãe teve que ficar com ele a aula toda, pois, como vieram de moto não deu para trazer a cadeira de rodas. Ai eu falei para mãe que não podia mais trazer o aluno nessas condições, porque fica difícil ensinar nessa situação. Antes de ela ir embora, fiz uma carta que foi mandada para a prefeitura para liberação de um carro, mais ainda não obtive resposta!!! (Professora da sala de recurso, em entrevista concedida em 03/05/2017).

A partir dessas informações e de nossas observações percebemos que a Escola Vitória não tem muitos alunos com necessidades educativas especiais por várias razões, uma delas é a composição do espaço escolar, como podemos ver na fala da diretora da escola e da vice-diretora:

Atualmente a escola faz atendimento de alunos de outras unidades do município e 4 alunos da casa com alguns casos sem relatório para comprovação é um número elevado para duas turmas de 1º ano com 21 alunos (Diretora da escola, em entrevista concedida em 22/05/2017).

Acredito que a escola que não tem crianças especiais deve estar relacionada ao seu espaço físico e adequação de desenvolvimento das atividades diária, pois os mesmos requerem espaços específicos para atender as necessidades presentes. (Vice-diretora da escola, em entrevista concedida em 22/05/2017).

A situação do espaço escolar adequado afeta logo a adaptação do aluno que precisa de condições necessárias para poder se desenvolver e sentir vontade de estar na escola. E para além do espaço físico existem outros fatores que estão por trás da falta de participação dos alunos com NEE na escola regular aqui do município de São Francisco do Conde, a professora da sala de recurso aponta esses fatores:

Então, como falei anteriormente observei que a cultura regional da cidade é que criança deficiente não pode estudar com outros, é questão cultural da cidade e as pessoas que tem suas crianças deficientes criaram esse conceito que criança com deficiência tem que estar numa escola com outras crianças deficientes. Eles não entendem que uma criança num ambiente escolar pode se desenvolver, eles acham que é perigoso, que podem estar expondo a criança nas escolas regulares. Também tem a questão do município que criou uma escola especial e a prefeitura só sede o transporte para essa escola em especial, porque o transporte só vai direto para lá e esse transporte não é ofertado para outras crianças deficientes que estão em outras escolas. Eu acho que isso é um dos motivos da pouca participação desses alunos. A falta de sensibilização e a orientação também fazem parte, os pais não tem muita informação, ai acabam aceitando as condições postas, as crianças que estão agora numa escola regular são os que os pais já têm um conhecimento sobre o assunto e através das suas buscas de informação foram quebrando esses conceitos, eu acredito que tudo isso tem que ser trabalhado com as famílias de que a criança vai se desenvolver na

escola. (Professora da sala de recurso, em entrevista concedida em 18/05/2017).

Para a professora da sala de recurso uma das questões centrais desse assunto é o conceito criado pela cidade e a falta de informações, pois acreditamos que quando uma pessoa não sabe dos seus direitos não tem como reivindicá-los. Que seria o caso de quando ela fala da falta de apoio da prefeitura, isso significa que se os pais desses alunos fossem bem cientes dos direitos que aqueles alunos têm de certeza mudaria muita coisa em relação às condições desses alunos, mudaria o fato também da pouca participação deles na escola regular. E para que haja um processo avançado em relação à inclusão em São Francisco do Conde é necessário em primeiro lugar uma sensibilização com mobilizações e informações acerca da inclusão do aluno com necessidades educativas especiais em todo canto da cidade, porque a mudança tem que acontecer primeiramente na sociedade para que tenha mais efeito chegando na escola, assim os pais desses alunos se sentirão seguros em levar seus filhos para uma escola regular e para que vejam a importância disso também. Tem alunos que não estão em lugar nenhum para aprender, simplesmente estão dentro de casa com seus pais cuidando deles, do jeito deles (os pais) sentem que estão protegendo seus filhos do mundo de preconceito e de olhares de desaprovação, mais nem sempre é o certo, mais para eles, acreditam que estão minimizando os sofrimentos por isso sentem melhor fazendo desse jeito, para eles é o certo, mais todo ser humano precisa conviver com os outros seres para seu bem estar, é disso que vivemos é isso que somos *seres sociais*.

Segundo o site oficial da prefeitura de São Francisco do conde, para transformar a educação de São Francisco do Conde, a Prefeitura Municipal lançou o *Programa Educa Mais*, que vem com o intuito de promover a capacitação da rede, de construir pólos educacionais digitais, políticas de educação inclusiva, acompanhamento de saúde dos alunos, incentivo à prática esportiva, ações de integração família-escola e desenvolvimento por todo município. Todavia, É preciso que a prefeitura se dedique mais as mudanças em escolas regulares para que esses alunos tenham condições apropriadas nos atendimentos. Com isso pode-se conseguir que a inclusão caminhe e não fique só num processo como está agora, desse jeito até aqueles alunos com necessidades educativas especiais que ficam em casa com medo de frequentar os lugares públicos se sentirão mais acolhidos na sua própria sociedade.

Ainda conforme informação da prefeitura a secretaria de educação do município (SEDUC) implantará o *Projeto Inclusão Mais* que visa mudanças estruturais na área de Educação Especial, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, visando à prática das políticas inclusivas vigentes. Consideramos que são esforços importantes, mas a mudança no trato às diferenças, necessita partir de cada um. É um processo difícil mais não é impossível com ajuda e orientações tem a tendência de melhorar.

4.1 CONDIÇÕES E DIFICULDADES NO ATENDIMENTO AOS ALUNOS PORTADORES DE NEE

No que diz respeito as condições e as dificuldades enfrentadas no atendimento aos alunos com necessidades educativas no ensino regular, os dados mostram que na Escola Vitória existem condições para atendimento desses alunos mas não são as condições suficientes e necessárias. O depoimento da professora da sala de recurso nos ajuda a entender a situação:

Na sala de recurso sim, os profissionais também, pois agora com o concurso temos alguns profissionais, e a sala de recurso tem bastantes materiais e a gente constrói também (professora da sala de recurso, em entrevista concedida em 18/05/2017).

Percebemos que ainda tem algumas coisas faltando para melhorar o atendimento desses alunos. A professora cita a sala de recurso como único espaço adequado para o atendimento desses alunos, desse modo os alunos ficam restritos aquele espaço e com isso atrapalha o desenvolvimento deles, pois precisam se sentir bem em todo espaço escolar. A sala de recurso da Escola Vitória á anos atrás não era muito usada, pois não tinha alunos, no ano letivo desse ano que entraram os três alunos, e os materiais aumentaram também na sala, porque as professoras novas que vieram trouxeram outras coisas e construíram outras também, desse modo à sala de recurso tem materiais necessários para a estimulação e o desenvolvimento desses alunos.

Todavia, destacam as gestoras que:

De acordo com a demanda de problemas apontados pelos alunos, dificultando o desempenho das atividades a escola necessita de um assistente social e psicólogo na unidade para poder fazer um trabalho com os

pais e as crianças. (Diretora, em entrevista concedida em 22/05/2017).

A escola trabalha com recursos para dinamizar o atendimento dos alunos, tanto o recurso humano, tanto quanto didático. (Vice-diretora, entrevista concedida em 22/05/2017).

Podemos perceber que a escola está bem no início do seu processo de trabalho com a educação inclusiva. Ainda precisa de materiais e de outros profissionais especializados da área, com as observações feitas na escola, percebemos que a escola só tem rampas e a sala de recurso equipada para esses alunos. O restante das condições necessárias como: os cuidadores, os banheiros adaptados para suas necessidades, os transportes entre outros, estão em construção. A escola atende outras crianças que não são legalmente matriculadas na escola, ou seja, não frequentam as salas de aula regular, esses alunos recebem o atendimento na sala de recurso com seus horários marcados.

Os professores da sala de recurso trabalham em parceria com os profissionais da saúde que atendem esses alunos para melhor saber como lidar com eles e de que modo podem estimular mais os seus desenvolvimentos. Um fato importante também que acontece na Escola Vitória é o fato de que a todas as crianças são ensinadas a língua de libras. Existem professoras e professores formados nessa área que dão aula para todos os alunos e alunas. Isso é um fato que faz com que todos aprendam a se comunicar com o outro e a lidar com o outro de maneira menos preconceituosa. Quando você conhece a realidade do próximo dificilmente essa realidade te causara estranhamento ou negação, então fazendo os alunos conhecerem a língua do seu próximo e vice versa, isso fará com que esses alunos aprendam o valor de aceitar o outro do jeito que ele é.

Com a falta de materiais para melhor realização de atendimento desses alunos as dificuldades no seu atendimento tem a tendência de ser muita, mais segundo a professora da sala de recursos:

Na realidade eu não vejo dificuldades para acompanhar esses alunos, como eu falei antes nós como profissionais procuramos adequar para atender esse aluno da melhor forma possível, a gente procura não ver as dificuldades para que eles se sintam acolhidos e bem recebidos na unidade. (Professora da sala de recurso, em entrevista concedida em 18/05/2017).

Isso porque ela como profissional tenta não colocar as suas dificuldades em primeiro lugar mais a do aluno para poder ajuda-lo no seu desenvolvimento. E por isso

também que elas acabam construindo certos materiais para ajudar na sala de recurso quando o aluno for atendido. Numa de nossas visitas à escola acompanhamos um menino que tem paralisia cerebral e anda na cadeira de rodas, no dia de acompanhamento era sua primeira semana de aula na escola regular, a professora teve que leva-lo para conhecer o recinto escolar e mais alguns profissionais, fizemos todo o acompanhamento e chegou o momento em que a professora tinham que arranjar um jeito de ajudar o aluno a relaxar e sair da cadeira de rodas pois precisava se sentir mais à vontade.

A professora teve que improvisar com um colchão que estava na biblioteca, dava para perceber que a professora era todo o apoio que o aluno tinha, porque ao mesmo tempo que o limpava a boca, lhe ajudava a sentar, a brincar e depois foi ela que deu a comida para ele. Acreditamos que esse apoio e essa dificuldade que elas enfrentam e dão e vencem todos os dias, como a professora da sala de recursos bem disse não é dificuldade, porque o resultado que isso traz não tem preço algum.

Com base nas entrevistas e observações feitas na Escola Vitória, com o acompanhamento dos três alunos legalmente matriculados, observamos que a inclusão está acontecendo sim e está dando bons rendimentos no desenvolvimento desses alunos e ajudando os outros alunos a se desenvolverem também. A verdade é que para atingir o número de crianças com necessidades educativas especiais que existem no Município ainda há muito que fazer, pois, o processo de inclusão esta muito devagar e as condições dadas a esses alunos são bem precárias.

As diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB n* 2/2001, no artigo 2º, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, MEC, 2001)”.

Os alunos dessa escola são bem receptivos, na convivência com os alunos com NEE, vê-se que dificilmente têm algum estranhamento em relação ao modo de ser do outro. Ajudam, conversam, se divertem, conseguem fazer com que o outro não se sinta tão fora daquele espaço que também o pertence, e só não teve a oportunidade de ter acesso a esse meio mais cedo.

Esses alunos recebem todo o apoio familiar, observamos todas às vezes a presença dos pais na escola, tanto para trazer acomo para levar os filhos e também a permanência algumas vezes de certos pais na escola o dia todo. Isso é importante, a nossa família é sempre o nosso primeiro suporte para enfrentar qualquer coisa, e esses alunos com o apoio dos seus pais têm mais força e dificilmente se sentirão derrotados porque a família estará lá sempre para fazer com que se levantem.

A preocupação e participação das famílias na vida dessas crianças é muito importante. Conforme aponta a professora da sala de recurso:

Sim, acredito que sim, percebi que a família é muito participativa e muito preocupada, inclusive até para eles trazerem os filhos para a escola é uma dificuldade, porque eles não acham que a escola seria um lugar ideal para seus filhos e até por questões de insegurança deles, eles ficam mais presentes fazendo esse acompanhamento, aos poucos a gente está ganhando a confiança deles e mostrando para eles, com a evolução dessas crianças em tão pouco tempo, que é possível sim e que é um espaço bom para o aluno; (Professora da sala de recurso, entrevista concedida em 18/05/2017)

De acordo com as entrevistas realizadas as gestoras da escola não tiveram uma resposta concreta acerca da questão familiar dos alunos. Acreditamos que é porque elas não têm um contato direto com os alunos como a professora da sala de recursos.

4.2 DINÂMICA PEDAGÓGICA E PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES

Quando analisamos a dinâmica das atividades pedagógicas dentro e fora da sala de aula, notamos que a escola empreende esforços para fazer com que os estudantes portadores de NEE, se integrem aos demais alunos e vice-versa. No primeiro dia de nossas observações, que foi o primeiro contato com a escola e com alguns professores e alunos, era a semana da leitura e como é costume nessa escola, os alunos assistem à aula, ou seja, a leitura da história na sala que quiserem dependendo da historia que quiserem ouvir.

Na sala de recurso havia um grupo de alunos que não tinham deficiência nenhuma que estavam tendo aula de libra naquele momento, a aula foi bastante enriquecedora para o primeiro contato que nós estávamos tendo com a escola. Deu para perceber que a escola se empenha em fazer com que todos os alunos sejam

ensinados a lidar com o diferente, o professor estavam fazendo o jogo de acerto dos alfabetos e dos números só em base de gestos e eles tentavam adivinhar que letra ou que número era. As crianças estavam bem animadas com a aula e estavam acertando quase todas as atividades propostas pelo professor de libras, por um momento teve muita agitação na sala e a maioria não estava prestando atenção, mais foi por alguns minutos em seguida voltaram a se concentrar de novo nas atividades.

Outra atividade presenciada na escola foi numa aula em que as crianças estavam misturadas, as que possuem NEE e as que não as possuem. A professora dividiu a sala em dois grupos e fez um jogo, a finalidade era para que cada grupo escolhesse uma letra no alfabeto que também foi colocado no quadro a fim de formar uma palavra. Todos estavam empolgados e todos queriam participar e deu para ver que as duas crianças com NEE que estavam na sala se sentiam incluídas, apesar de um ainda ter muitas dificuldades porque ainda está no começo. Mais a outra estava bem interagida e até foi chamada ao quadro pela professora e ela acertou uma das letras da palavra chave. Ainda deu para notar que ela conversa com os colegas da sala de aula e os colegas não agem de modo diferente.

Como já mostramos nesse trabalho, a sala de recurso particularmente tem equipamentos para o auxílio nas atividades dessas crianças, tem jogos, computador, livros, uma das professoras da sala de recurso me disse que trouxe de outra escola outros materiais e ainda nos afirmou que:

Fiquei muito surpresa pela forma que a sala de recurso estava equipada, para ser sincera eu não esperava encontrar o que eu encontrei nessa sala. Mais mesmo assim eu já tinha trazido comigo alguns materiais que eu usava na outra escola, só para dar mais suporte. (Professora da sala de recurso, entrevista concedida em 03/05/2017).

E ainda tem a biblioteca que para além de possuir livros diversos para o aprendizado do aluno, tem um espaço que permite um ambiente mais relaxante para os estudantes. Em um dos nossos acompanhamentos, passamos a manhã na companhia de um aluno que ainda está se adaptando ao ambiente escolar, ele tem paralisia cerebral, que acabou afetando os membros superiores e um pouco dos inferiores também. A professora da sala de recurso anda com ele pela escola para que possa conhecer pouco a pouco o ambiente e as pessoas, depois fomos para biblioteca, onde foi colocado um tapete para ele poder relaxar um pouco e descansar

a cadeira de rodas por alguns minutos. Em todo percurso feito até a biblioteca, quando ele foi colocado no tapete foi o momento em que dava para notar que ele estava mais agitado e brincando muito com os livros. No final a mãe veio e ao ver a criança tão empolgada sem se preocupar com nada, ela ficou emocionada: sorria e chorava ao mesmo tempo.

Consideramos o acompanhamento feito no espaço educativo, percebemos que embora com algumas dificuldades, a escola está em processo de crescimento no que se refere a inclusão dos alunos portadores de NEE em seu espaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesse trabalho descobrimos que ainda há muito por se fazer em relação a educação inclusiva. Não só aqui no Município de São Francisco do Conde mais sim em todo lugar do mundo, porque a deficiência é algo que existe em toda sociedade. E está claro que ninguém escolhe como deve nascer e ao longo da vida também nos deparamos com momentos inesperados, assim como não escolhemos em que país nascer ou em que família do mesmo modo, um indivíduo com deficiência não escolhe ser deficiente, não escolhe ser aquela pessoa que a sociedade irá olhar de um jeito torto.

Desde a época primitiva esses indivíduos nunca tiveram uma boa aceitação em nossas sociedades, pelo simples fato de ter algo diferente do dito "homem sadio", esse indivíduo que era deficiente foi sempre isolado e considerado o lado podre da sociedade. Depois com o tempo criou-se leis e declarações para defesa dessas pessoas, e tudo isso em torno de um jogo político, pois essas leis e declarações, embora ajudem legalmente, na prática não ajudam em quase nada. Na maioria das vezes são só escritas colocadas no papel sem valor nenhum para as pessoas que precisam ser protegidas. Para que serve tanta lei se a maioria não protege quem realmente precisa?

Em relação ao Município de São Francisco do Conde o que acontece é que a maioria da população tem falta de informação no que diz respeito aos direitos que eles têm, e não só, a falta de conhecimento também é um fator muito forte, porque tem pais que por falta de informação mesmo não sabem como lidar com seus filhos neste tipo de situação que é a de deficiência. Seja lá de que tipo for os que têm algum tipo de conhecimento normalmente são eles que procuram lugares adequados para seus filhos. A questão da inclusão escolar está sendo discutida há muitos anos no mundo todo e em algumas partes a prática já está bem avançada, inclusive aqui no Brasil nas grandes capitais, mais aqui em São Francisco do Conde o processo ainda está no seu começo. Tudo ainda é muito novo e podemos afirmar que só 20% da população está ciente dessa prática. Com isso o trabalho se torna restrito, pois é um tema desconhecido ainda pela maioria na cidade, e tem aqueles que ainda acreditam que seria um absurdo incluir uma criança com necessidades educativas especiais em uma

escola regular com os outros alunos que não apresentam a mesma coisa.

E não podemos esquecer também de que apesar da cidade ainda estar no seu começo de inclusão desses alunos no ensino regular, ela não está completamente fora dessa questão, e a prova disso é que a secretaria de educação á pouco tempo realizou um concurso e com isso vieram novos professores de várias áreas inclusive da educação especial.

Como já tínhamos referido anteriormente o sucesso de uma educação inclusiva não depende só das condições físicas e matérias dos espaços cedidos para esses alunos, e não só da informação dadas pelos familiares, mais dependerá principalmente de cada individuo na sociedade. Porque a diferença começa nas ruas, nos nossos meios e no nosso convívio de dia-a-dia, enquanto a sociedade não aceitar o diferente do jeito que é não teremos uma educação inclusiva nas nossas escolas.

A diferença começa onde menos se espera, onde cada um é cada um e o outro é ele da forma que ele é.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Aparecida Rosana. **EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR: A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA SALA DE RECURSOS DE 5ª A 8ª SÉRIES** . 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2008.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtiem/Tailândia: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

SAMPAIO, CT., SAMPAIO, SMR. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida** [online]. Salvador: **EDUFBA**, disponível em: <http://books.scielo.org>. 2009.

MEDEIROS Simone, Programa Educação Inclusiva: Direito á Diversidade no contexto da SECADI/MEC. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/docman/jul ho- 2013-pdf/13673-8-programa-ed-inclusiva-direito-a-iversid-profa-simone-m- pdf/file](http://portal.mec.gov.br/docman/jul%20ho-2013-pdf/13673-8-programa-ed-inclusiva-direito-a-iversid-profa-simone-m-pdf/file)>. Acesso em 22 de Maio de 2017.

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adol escente_9ed.pdf>. Acesso em 08 de Maio de 2017.

Blog Bengala Legal, O que é Inclusão Escolar? Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/blog/?p=32> >. Acesso em 28 de Janeiro de 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <[http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.p df](http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf)>. Acesso em 08 de Maio de 2017.

Gabinete de Documentação e Direito Comparado, Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_7/IIIPAG3_7_3.htm>. Acesso em 23 de Junho de 2017.

Grupo de trabalho, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <[http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.p df](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)>. Acesso em 22 de Maio de 2017.

Portal Brasil, Declaração Universal dos direitos Humanos garante igualdade social. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao> -

universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social >. Acesso em 10 de Maio de 2017.

Portal do Brasil, São Francisco do conde. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Francisco_do_Conde>. Acesso em 23 de Junho de 2017.

Prefeitura de São Francisco do conde, Educa mais foi lançado com objetivo de transformar a educação de São Francisco do conde. Disponível em: <<http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/educa-mais-foi-lancado-com-o-objetivo-de-transformar-a-educacao-de-sao-francisco-do-conde/>>. Acesso em 23 de Junho de 2017.

APÊNDICE - Roteiro da entrevista

1. Você poderia começar com seu nome, formação, função e tempo de atuação na escola.
2. Quais as dificuldades que você enfrenta no acompanhamento desses alunos?
3. No caso dessa escola, existem condições apropriadas para os atendimentos desses alunos?
4. Os alunos com necessidades especiais tem sempre a ajuda dos familiares? Por exemplo, no caso de acompanhamento no dia a dia do aluno na escola?
5. Porque a escola não tem mais crianças especiais?
6. Você considera que a cidade está pronta para a inclusão desses alunos no ensino regular?
7. Há algo mais que considere importante comentar a esse respeito?